



III - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- a) dois DAS 101.5;
- b) vinte e quatro DAS 101.4;
- c) quarenta DAS 101.3;
- d) sessenta e três DAS 101.2;
- e) dois DAS 102.5;
- f) cinco DAS 102.4;
- g) seis DAS 102.3;
- h) cinco DAS 102.2;
- i) um DAS 102.1;
- j) trinta e nove FG-1;
- k) quarenta e três FG-2; e
- l) cinquenta e nove FG-3.

Art. 3º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança da Estrutura Regimental do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura que não sejam remanejados por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes das alterações promo-vidas deverão ocorrer até a data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de até trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagas, suas denominações e seus níveis.

Art. 6º O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá editar regimentos internos para detalhar a estrutura dos órgãos, as competências das suas unidades e as atribuições de seus dirigentes.

Art. 7º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abasteci-mento será responsável pelas seguintes medidas em relação ao extinto Ministério da Pesca e Aquicultura:

- I - elaboração dos relatórios de gestão, de acordo com orien-tações a serem emitidas pela Controladoria-Geral da União;
- II - remanejamento dos recursos orçamentários e financeiros;
- III - transferências de bens patrimoniais; e
- IV - atos decorrentes de contratos, convênios e instrumentos congêneres.

§ 1º A partir da data de publicação deste Decreto, o Mi-nistério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento promoverá a adap-tação das unidades do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura para adequá-las aos termos da nova Estrutura Regimental.

§ 2º Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abas-tecimento autorizado a, no prazo de quarenta e cinco dias, contado da data de publicação deste Decreto, ceder o material do acervo do Ministério da Pesca e Aquicultura a unidades das entidades vin-culadas relacionadas no inciso V do **caput** do art. 2º do Anexo I que dele necessitarem.

Art. 8º A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Ca-caueira - CEPLAC passa a ser denominada Departamento da Co-missão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC.

Art. 9º O Decreto nº 5.069, de 5 de maio de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONAPE, órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura básica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abas-tecimento, criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo com a sociedade civil organizada, para o desen-volvimento e o fomento das atividades da aquicultura e da pesca no território nacional." (NR)

"Art. 2º

I - subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas estruturantes, de competência do Ministério da Agri-cultura, Pecuária e Abastecimento, com base nos objetivos e metas estabelecidos, de forma a atender, entre outros:

III - propor a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelos programas desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

"Art. 3º O CONAPE será presidido pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e terá a seguinte com-posição:

- I -
- i) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- l) Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- n) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- o) Ministério da Educação;
- p) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- q) Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Di-reitos Humanos; e
- r) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República;
- II - um representante de cada entidade a seguir indicada:

§ 2º Os representantes de que trata o inciso III do **caput** e seus suplentes serão indicados pelas entidades representadas, por solicitação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 3º Participarão das reuniões, em caráter permanente, com direito a voz, os titulares da Secretaria de Aquicultura e Pesca e das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 6º Os representantes de que tratam os incisos I a III do **caput** e seus suplentes serão designados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

"Art. 9º Ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abas-tecimento caberá prover o apoio administrativo e os meios ne-cessários à execução dos trabalhos de secretaria do CONAPE e de seus Comitês e Grupos Temáticos.

§ 6º Os representantes de que tratam os incisos I a III do **caput** e seus suplentes serão designados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor:

- I - na data de sua publicação, quanto aos § 1º e § 2º do art. 7º; e
- II - no dia 26 de abril de 2016, quanto aos demais dis-positivos.

Art. 11. Ficam revogados:

- I - o Decreto nº 6.972, de 29 de setembro de 2009;
- II - as alíneas "s", "t" e "u" do inciso I do **caput** do art. 3º e o art. 12 do Decreto nº 5.069, de 5 de maio de 2014; e
- III - o Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015.

Brasília, 31 de março de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Kátia Abreu
Valdir Moysés Simão

ANEXO I
ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO
DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1ª O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abasteci-mento, órgão da administração direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

- I - política agrícola, abrangendo produção e comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;
- II - produção e fomento agropecuário, inclusive das ati-vidades da heveicultura;
- III - mercado, comercialização e abastecimento agropecuário, inclusive estoques reguladores e estratégicos;
- IV - informação agrícola;
- V - defesa sanitária animal e vegetal;
- VI - fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agro-pecuárias e da prestação de serviços no setor;
- VII - classificação e inspeção de produtos e seus derivados, animais e vegetais, inclusive em ações de apoio às atividades exercidas pelo Ministério da Fazenda, relativamente ao comércio exterior;
- VIII - proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário;
- IX - pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária;
- X - meteorologia e climatologia;
- XI - cooperativismo e associativismo rural;
- XII - energização rural e agroenergia, inclusive eletrificação rural;
- XIII - assistência técnica e extensão rural;
- XIV - política relativa a café, açúcar e álcool;

XV - planejamento e exercício da ação governamental nas atividades do setor agroindustrial canavieiro;

XVI - política nacional pesqueira e aquícola, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercializa-ção, abastecimento e armazenagem;

XVII - fomento da produção pesqueira e aquícola;

XVIII - implantação de infraestrutura de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização do pescado e de fomento à pesca e à aquicultura;

XIX - organização e manutenção do Registro Geral da Pesca;

XX - sanidade pesqueira e aquícola;

XXI - normatização das atividades de aquicultura e pesca;

XXII - fiscalização das atividades de aquicultura e pesca, no âmbito de suas atribuições e competências;

XXIII - concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e das seguintes modalidades de pesca no território nacional, compreendendo as águas continentais e in-teriores e o mar territorial da Plataforma Continental e da Zona Econômica Exclusiva, as áreas adjacentes e as águas internacionais, excluídas as Unidades de Conservação federais e sem prejuízo das licenças ambientais previstas na legislação vigente:

- a) pesca comercial, incluídas as categorias industrial e ar-tesanal;
- b) pesca de espécimes ornamentais;
- c) pesca de subsistência; e
- d) pesca amadora ou desportiva;

XXIV - autorização do arrendamento de embarcações es-trangeiras de pesca e de sua operação, observados os limites de sustentabilidade estabelecidos em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente;

XXV - operacionalização da concessão da subvenção eco-nômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;

XXVI - pesquisa pesqueira e aquícola; e

XXVII - fornecimento ao Ministério do Meio Ambiente dos dados do Registro Geral da Pesca relativos às licenças, permissões e autorizações concedidas para pesca e aquicultura, para fins de registro